

Plano de Ação para a Economia Circular

O Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) em Portugal foi apresentado em Conselho de Ministros no dia 8 de junho, tendo estado em consulta pública entre os dias 9 de junho e 2 de outubro de 2017, recebendo contributos de 38 entidades distintas.

A economia circular, preconizada no Programa do XXI Governo Constitucional, é uma componente da mudança necessária do atual paradigma económico (linear), cujo uso pouco eficiente e produtivo dos recursos extraídos conduz a prejuízos económicos e ambientais significativos (cerca de 63% dos custos de danos ambientais, representando 13% do PIB a nível mundial)¹. Por exemplo, em Portugal, estima-se que os danos causados apenas pela poluição do ar custou cerca de 3,6% do PIB² em 2013.

Portugal assumiu compromissos para os quais as medidas do Plano de Ação para a Economia Circular concorrem, como seja o Acordo de Paris e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 das Nações Unidas. Está também alinhado com as políticas europeias, designadamente o Plano de ação da UE para a Economia Circular, e a Estratégia de Política Industrial da UE.

O Plano de Ação para a Economia Circular é o resultado de quase um ano de trabalho interministerial entre representantes dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Ministério da Economia, do Ministério do Ambiente, e do Ministério da Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural.

Neste contexto, foram definidas 7 ações que consolidam iniciativas em curso pelo Governo (p.e. Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar, do Ministério da Agricultura) mas que também introduzem iniciativas complementares (p.e. **tornar mais expeditas as metodologias de classificação de subprodutos, reduzir o consumo primário de plástico descartável de fontes fósseis, extração e regeneração de materiais com valor acrescentado a partir de fluxos de resíduos**).

Assume três níveis de operação: o nível nacional, com instrumentos políticos dedicados (p.e. fiscalidade verde, acordos voluntários, rede ambiental do Portugal 2020), o nível setorial e regional (p.e. **redes de simbiose industrial, cidades circulares, empresas circulares**), que deverão ser concretizados através de apoios específicos ao desenvolvimento de soluções (p.e. de planeamento, tecnológicas, etc.), por via de mecanismos desenhados para esse efeito (p.e. Fundo Ambiental, Fundo para a Inovação, Tecnologia e Economia Circular, Portugal 2020).

O modelo de governação proposto visa, **num primeiro nível**, garantir o compromisso político no longo prazo, dado que, tal como as alterações climáticas, este é um tema que ganha cada vez mais relevância nacional e internacional e que possui impactos substanciais em matéria de uso eficiente e produtivo de recursos e de

¹ Fontes: TRUCOST: Natural Capital at Risk. Disponível em: <http://naturalcapitalcoalition.org/wp-content/uploads/2016/07/Trucost-Nat-Cap-at-Risk-Final-Report-web.pdf> | UNEP-TEEB: Ecological and Economic Foundations. Disponível em: <http://www.teebweb.org/our-publications/teeb-study-reports/ecological-and-economic-foundations/>

² Fonte: Banco Mundial, 2016, custos de poluição do ar. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/781521473177013155/pdf/108141-REVISED-Cost-of-PollutionWebCORRECTEDfile.pdf>

contributos para a mitigação de emissões de Gases de Efeito de Estufa. É por isso **proposta a inclusão do domínio “Economia Circular” na Comissão Interministerial para o Ar e Alterações Climáticas**, que se passará a denominar por CA₂ - Comissão Interministerial para o Ar, Alterações Climáticas e Economia Circular.

Outra informação

Princípios de economia circular:

- 1) Conceber produtos, serviços e modelos de negócio que excluam a produção de resíduos e poluição (p.e. materiais tóxicos);
- 2) Manter produtos e materiais em utilização, preferencialmente no seu valor económico e utilitário mais elevado, pelo máximo tempo possível;
- 3) Garantir a regeneração dos recursos materiais utilizados e dos sistemas naturais subjacentes.

Impactos da concretização de medidas de Economia Circular na mobilidade, ambiente construído e sistema agroalimentar, até 2030, na Europa³:

- Aumento de 11% do PIB;
- Redução em 50% das emissões de GEE relativamente aos níveis de 2015 (ano de referência do estudo);
- Consumo de matérias-primas: redução de 32% em 2030 e 53% em 2050;

³ Fonte: <http://circulatenews.org/2017/01/eu-realises-circular-economy-potential/> faz referência aos estudos da Fundação Ellen MacArthur